



---

## RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

---

Autos nº 0000485-78.2015.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Modelo

### ATIVIDADE CORREICIONAL

### INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 9/2015 - CGJ

Período da correição: de 4 de maio a 3 de julho de 2015

### EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Analista Jurídica: Cristiane Bernadete de Souza



## **INTRODUÇÃO**

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



## **DADOS DA UNIDADE**

Comarca: Modelo

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: Modelo, Serra Alta, Sul Brasil e Bom Jesus do Oeste

Juiz titular: Wagner Luís Boing

Chefe de cartório: José Augusto Bernardi

Última correição por equipe da CGJ/SC: 10-9-2012 a 23-10-2012 (Autos n. 0012883-62.2012.8.24.0600)

Entrância: Inicial

Data da instalação/lei de criação: 6-11-2003 / Lei Complementar n. 181, de 21-9-1999.

Observações:



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

#### ACERVO PROCESSUAL

	Indicador	Valor	
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		1.491
1.1.2	Processos em andamento	1.374	
1.1.3	Procedimentos em andamento	117	
1.1.4	Fluxo de trabalho sem movimento há mais de 100 dias		12
	Cível – Genérico – Processo		
1.1.4.1	Ag. Prazo	2	
1.1.4.2	Bacen Jud – Bloquear Valor	3	
	Execução Penal - Processo		
1.1.4.3	Ag. Prazo	1	
1.1.4.4	Regime aberto	5	
	Família - Processo		
1.1.4.5	Ag. Prisão	1	
	Indicador	Valor	
1.1.5	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)	Total	+ 100 dias
1.1.5.1	Contadoria	27	0
1.1.5.2	Ministério Público	63	0
1.1.5.3	Serviço Social	3	0
1.1.6	Observações		
a) Informações obtidas em 21-9-2015.			
b) O SAJ5 foi instalado na unidade em maio de 2014.			



## 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

### ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	1.665
1.2.2	Processos em andamento	1.550
1.2.3	Procedimentos em andamento	115
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	20
1.2.5	Observações	

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: agosto de 2015.

### PROCESSOS EM CARGA (Processos físicos)

	Indicador	Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga	30
	Local	Total + 100 dias
	Cargas internas	
1.2.7	Distribuição	1 1
1.2.8	Juiz (Wagner Luis Böing)	7 0
1.2.9	Ministério Público	3 0
1.2.10	Assistente Social	1 1
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ	
1.2.11	Advogado	14 4
1.2.12	Delegacia de Polícia do Município de Modelo	1 0
1.2.13	Procuradorias	3 1
1.2.14	Observações	

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: agosto de 2015.

### PROCESSOS CONCLUSOS

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.2.15	Quantidade total de processos com o juiz	140	7	147

### PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensa
1.2.16	Janeiro a dezembro de 2013	1.401	117
1.2.17	Janeiro a dezembro de 2014	1.671	139
1.2.18	Janeiro a agosto de 2015 (mês anterior ao da consulta)	1.014	127
1.2.19	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).



### 1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	5	9
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		1	0
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		0	0
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		0	0
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		6	3
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		2	0
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		6	2
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	92	15
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	2	6
1.3.10	Observações	a) Primeira verificação em 27-4-2015. b) Segunda verificação em 18-9-2015. c) Orienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm</a> . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por <i>e-mail</i> para o endereço eletrônico institucional da unidade.		



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
Atendimento					
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	0	0	0	0
Remessa/recebimento/relação/certificação					
1.3.11.2	Cartório - aguardando	0	0	0	0
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	0	0	0	0
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	15	12	18	12
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	26	1	6	2
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	0	0	0	0
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	28	1	1	1
1.3.11.8	Cartório - arquivar	0	0	0	0
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	0	0	0	0
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	5	0	13	0
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	0	0	2	0
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	0	0	1	0
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	40	26	36	6
Expedição/cumprimento					
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	12	3	0	0
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	0	0	1	0
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	0	0	0	0
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
Organização/juntada					
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	0	0	0	0
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	3	0	3	0
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.3.11.26	Observações				

a) Primeira verificação em 27-4-2015.  
b) Segunda verificação em 18-9-2015.  
c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".



#### 1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	2	0
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		38	9
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		5	0
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		15	0
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0

1.4.7	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	-	3
		Definitivo		-	6
1.4.7.1	Réu preso - total			8	9





1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-3-2015)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	313	114
	Petição intermediária		21	14
	Peticionamento eletrônico		11	11
	Mandados		2	2
	AR		8	7
	Execução de sentença		1	1
	Incidente processual		0	0
	Ação incidental		0	0
	Movimentação		47	15
	Pauta de audiências		0	0
	Carga		9	2
	Cartas recebidas		1	0
	Processo		0	0
	Recurso		0	0
	Usuário	213	62	
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"		4	1
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros		1	5
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias		6	0
1.4.12	Observações			
a) Primeira verificação em 28-4-2015. a.1) Item 1.4.9: os 4 processos apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 18-9-2015. b.1) Item 1.4.9: o processo apresenta registro de local físico "sala de arquivo".				



## 1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	-	9
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		0	27
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		-	4
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		-	1
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		13	0
1.5.6	Observações			
<p>a) Primeira verificação em 27-4-2015.</p> <p>a.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: até a edição da nova fórmula de cálculo, a consulta não abrange os processos distribuídos no ano de 2011.</p> <p>a.2) Item 1.5.2: embora a meta estabelecida pelo CNJ esteja cumprida, há ainda 5 processos pendentes de julgamento para que sejam atingidos 100% dos processos distribuídos até 31-12-2010.</p> <p>a.3) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p> <p>b) Primeira verificação em 21-9-2015.</p> <p>b.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de agosto de 2015 extraídos do site desta Corregedoria (<a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>b.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p>				



## 1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Não alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.6	Observações	<p>a) Primeira verificação em 27-4-2015.</p> <p>a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 13-4-2015.</p> <p>a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 147 registros de processos e 289 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ, verificou-se que há 44 processos cadastrados. Realizada amostragem em 20 processos, verificou-se que 4 não possuíam seus bens cadastrados no SNBA (██████████, ██████████, 0000124-60.2014.8.24.0256 e ██████████).</p> <p>a.3) Item 1.6.3 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): corretamente alimentado.</p> <p>a.4) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.</p> <p>a.5) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 21-9-2015.</p> <p>a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 3-7-2015.</p> <p>a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 157 registros de processos e 314 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ, verificou-se que há 26 processos cadastrados. Verificou-se também que dos 4 processos não cadastrados no SNBA na</p>		



primeira verificação, 1 continua a não apresentar registro de seus bens no referido sistema (0000124-60.2014.8.24.0256).

a.3) Item 1.6.3 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): corretamente alimentado.

a.4) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

a.5) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.

## 1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Corretamente alimentado	Parcialmente alimentado
1.7.2	Observações	a) Primeira verificação em 28-4-2015. Existem 4 programas institucionais de acolhimento e/ou programa(s) de acolhimento familiar cadastrado(s) no sistema. Em todos eles há informação atualizada de que não há crianças ou adolescentes acolhidos. b) Segunda verificação em 21-9-2015. c) Existem 4 programas institucionais de acolhimento e/ou programa(s) de acolhimento familiar cadastrado(s) no sistema. Em 3 deles há informação atualizada de que não há crianças ou adolescentes acolhidos. Em relação ao cadastro da "Família Substituta – Serra Alta", a última ocorrência está datada de 3-6-2015.		



## CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

---

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 23 de setembro de 2015.

Perla Maria Fusinato Schappo  
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Cristiane Bernadete de Souza  
Analista Jurídica - Mat. 14829